

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2018

(Do Sr. Jean Wyllys)

Solicita informações ao Ministério da Educação sobre sua atuação na defesa da liberdade de cátedra dos professores e professoras.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com base no artigo 50, § 2º, da Constituição Federal, e nos artigos 115, inciso I e 116, do Regimento Interno que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas informações ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Educação, para esclarecer esta Casa sobre a participação (ou omissão) do Ministério da Educação no caso envolvendo o professor Elisaldo Carlini, conceituado pesquisador da Universidade Federal de São Paulo, a UNIFESP.

Chegou a nosso conhecimento, por meio da imprensa¹, o escandaloso episódio onde o professor universitário em questão foi intimado e obrigado a comparecer ao 16º Departamento de Polícia de São Paulo, onde precisou prestar explicações sobre uma suspeita que recaía sobre si: o professor está sendo investigado por apologia ao crime. Isso porque, como se sabe, o professor Elisaldo Carlini, de 88 anos de idade, dedica-se, há mais de 50 anos, ao estudo dos efeitos das substâncias entorpecentes sobre o corpo humano, especialmente da maconha.

¹ Informação disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ciencia/ultimas-noticias/redacao/2018/02/23/professor-condecorado-por-pesquisa-sobre-maconha-e-intimado-e-depoe-em-sp.htm>

Ressalte-se que o professor Elisaldo Carlini é um dos mais respeitados pesquisadores da área, tendo sido citado como referência em mais de 12 mil artigos científicos ao redor do mundo, além de ter recebido as mais altas condecorações, inclusive duas delas sendo oferecidas pela Presidência da República durante o governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso.

O episódio em tela deve ser visto com a seriedade que merece. Vivemos tempos em que professores são acuados e acusados de “doutrinação”, em que projetos de evidente natureza censória, como o famigerado “Escola Sem Partido” avançam não somente em nível federal, mas, também, em diversos municípios ao redor do País, e esse clima de perseguição à sagrada liberdade de cátedra merece uma postura adequada deste Ministério.

Considerando que o professor Elisaldo Carlini é pesquisador de uma universidade federal, indagamos:

- 1) Que medidas estão sendo tomadas por este Ministério da Educação para proteger a liberdade de cátedra do professor em questão?
- 2) O que este Ministério da Educação está oferecendo à UNIFESP para garantir que seu corpo docente possa produzir conteúdo científico com liberdade e segurança jurídica?

Sala das Sessões, 26 de fevereiro de 2018.

Deputado **JEAN WYLLYS**